



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: Projeto de Lei nº 1900/2025

PROPONENTE: Executivo Municipal

PARECER Nº: 118/2025

REQUERENTE: Comissão Geral

AUTORIZA ALTERAR O PLANO PLURIANUAL DO
MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA -MT 2026/2029.

1. RELATÓRIO

Projeto de Lei cuja finalidade é alterar o Plano Plurianual do Município de Água Boa – MT do período 2026-2029.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O projeto versa sobre matéria de competência do Município e iniciativa do Prefeito Municipal, em detrimento das previsões legais dos artigos 30, I da Constituição Federal e artigo 12, incisos I e VI da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 12 - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

VI - elaborar o orçamento anual, plurianual de investimentos e a lei de diretrizes orçamentárias; [...].

Desta forma, correta se faz a competência e iniciativa do presente Projeto de Lei.

2.2. DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo que orienta a elaboração das leis orçamentárias anuais, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de 4 (quatro) anos.

Trata-se de lei de natureza programática e vinculante, que não cria despesa por si só, mas autoriza e orienta a execução orçamentária e financeira durante o período de sua vigência.

Quanto ao tema, a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu artigo 24, as competências concorrentes, dentre as quais, o inciso I traz a competência legiferante acerca do Direito Financeiro, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
(...)

§ 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

Neste sentido cabe à União editar as normas gerais (§1º do supracitado artigo) e, neste mister, incumbe estados-membros a suplementação (§2º do supracitado artigo).

Ainda, sob o aspecto da CF/88, disciplina seu artigo 165:

Art. 165. **Leis de iniciativa do Poder Executivo** estabelecerão:

I - **o plano plurianual;**

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais. [...]

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (grifo nosso).

Quanto ao tema, a Lei Orgânica Municipal assim dispõe:

Art. 23. **Compete à Câmara Municipal**, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

III - **votar o orçamento anual, o plano plurianual de investimentos, e a lei de diretrizes orçamentaria**, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo executivo; [...]. (grifo nosso).

Nesta senda, conforme se depreende dos dispositivos colacionados, compete ao Poder Legislativo a apreciação do projeto de Lei que altera Plano Plurianual do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

O presente Projeto de Lei, com seus respectivos anexos, buscou cumprir os requisitos constitucionais e legais transcritos, bem como observado o prazo para o envio à Câmara Municipal previsto no artigo 154, I da Lei Orgânica do Município, que aduz:

Art. 154 – Os projetos de lei sobre o Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais serão enviados pelo Prefeito ao Poder Legislativo, nos seguintes prazos:

I - o projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) até 15 de outubro do primeiro ano do mandato do Prefeito. (grifo nosso).

Desta feita, não se identificam vícios formais ou materiais no projeto em exame, haja vista que o texto atende aos princípios da legalidade, transparência, eficiência e planejamento (arts. 37 e 165 da CF). Ainda, tem-se que as metas e programas descritos guardam coerência com as atribuições municipais e não invadem competências dos demais entes federados.

Cumprе ressaltar que a presente análise desta assessoria cinge tão somente na verificação jurídica do Projeto de Lei, logo, o parecer jurídico em apreço não tem capacidade técnica de análise contábil do mesmo.

Portanto, de toda a análise realizada por esta assessoria jurídica, o presente parecer jurídico não vê inconstitucionalidades flagrantes no texto do presente Projeto de Lei, cabendo aos vereadores, em plenário, discutirem e votarem sua possível aprovação.

3. CONCLUSÃO


Ante o exposto, respeitada a natureza opinativa do Parecer Jurídico e assegurada a soberania do Plenário, OPINAMOS pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE e POSSIBILIDADE JURÍDICA do presente Projeto de Lei.




CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

Água Boa - MT, 22 de outubro de 2025.


Kauane Souza Martins
OAB/GO 65.737/A
Advogada


Bruno Simitan Segatto
OAB/MT 24.076/B
Assessor Jurídico